

Falas de Lula podem prejudicar negociações

Especialistas avaliam possíveis impactos das declarações

Por Gabriela Gallo

Em viagem pela Ásia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a defender o multilateralismo e o fim do dólar nas transações internacionais. A fala aconteceu em Jacarta, capital da Indonésia, em uma coletiva de imprensa, nesta quinta-feira (23), ao lado do presidente do país, Prabowo Subianto. “No atual cenário de acirramento do protecionismo, nossos países têm plenas condições de mostrar ao mundo a capacidade de entender interesses econômicos com diálogo e respeito mútuo”, disse Lula.

“A Indonésia e o Brasil não querem uma segunda Guerra Fria. Queremos comércio livre. E mais ainda: tanto Indonésia quanto Brasil têm interesse em discutir a possibilidade de comercialização entre nós dois com as nossas moedas”, ressaltou o presidente brasileiro. A Guerra Fria é o período após a Segunda Guerra Mundial que marcou a disputa política e econômica entre os EUA e a extinta União Soviética.

“Queremos multilateralismo e não unilateralismo. Queremos democracia comercial e não protecionismo. Queremos crescer, gerar empregos de qualidade, porque foi para isso que fomos eleitos para representar o nosso povo”, ele completou.

Negociações

As declarações do brasileiro foram feitas às vésperas do encontro presencial entre Lula e o presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump, confirmado para ocorrer neste domingo (26). Dentre as negociações, a expectativa é que os presidentes discutam as tarifas



Lula e o presidente de Jacarta, Prabowo Subianto, na coletiva à imprensa

de 50% impostas pelo governo americano a produtos brasileiros. Contudo, os temas citados pelo brasileiro entram em conflito com os interesses dos EUA, e podem tornar as transições delicadas.

Ao Correio da Manhã, o professor de Economia e Comércio Exterior do Ibmec Brasília Renan Silva avalia que as declarações de Lula podem prejudicar o diálogo com os Estados Unidos, “uma vez que a guerra tarifária foi motivada em razão das ameaças quanto ao fim da hegemonia do Dólar”.

Por outro lado, a internacionalista e especialista em Comércio Internacional na BMJ Consultores Associados Ana Beatriz Zanuni considera que, apesar do discurso da criação de alternativas ao dólar no comércio internacional já terem sido alvo de críticas do presidente Donald Trump ao Brasil, “na atual conjuntura, não há a expectativa de que a fala de Lula tome grandes proporções na

reunião entre os líderes”.

“Há uma série de pautas sensíveis que podem ser abordadas, como a ingerência na Venezuela, as sanções a membros do Poder Judiciário brasileiro, entre outras. Ainda assim, as relações comerciais seguem como prioridade dos diálogos entre os países e devem direcionar o encontro”, disse Zanuni para a reportagem.

A reportagem ainda conversou com coordenador e professor de Relações Internacionais do Ibmec Brasília Frederico Dias, que avaliou que “a principal consequência imediata é que as falas de Lula podem ser interpretadas por Trump e sua equipe como uma provocação calculada ou uma falta de seriedade em relação à pauta principal da reunião, que é a suspensão das tarifas”.

“Em vez de focar exclusivamente na questão comercial, a delegação brasileira pode ser forçada a gastar tempo defendendo sua posição geopolítica,

desviando o foco do objetivo de revogar as tarifas. Por outro lado, a fala também pode ser vista como um posicionamento estratégico de Lula, reforçando sua liderança no Sul Global e no BRICS, e sinalizando que o Brasil não negociará a revés de seus princípios de política externa”, ponderou Dias.

Riscos

Questionado pela reportagem, o professor de Economia e Comércio Exterior citou que as falas de Lula podem colocar em cheque a possível revogação das tarifas de 50% ao Brasil – que, segundo ele, não será uma solução de curto prazo. “O risco é pela manutenção das tarifas de 50% para o Brasil, as quais poderão levar inúmeras empresas à falência, principalmente àquelas que não têm mercados alternativos. O Brasil tem uma participação ínfima no comércio exterior em razão do seu protecionismo histórico e, essa situação, pode agravar”.

STF: maioria para governantes nomearem parentes

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria nesta quinta-feira (23) para permitir que prefeitos, governadores ou presidentes possam nomear parentes para cargos políticos, como os de secretário municipal, estadual ou de ministro de Estado. O entendimento dos ministros é o de que o chefe do Executivo tem competência para definir a formação do governo.

Durante a sessão, os ministros debateram alguns critérios considerados importantes para impedir abusos, como restringir a decisão ao primeiro escalão ou excluir cargos de outros poderes. A conclusão, no entanto, deve ser dada na próxima semana.

Até o momento, há seis votos, na linha do relator, Luiz Fux. Ele foi seguido por Cristiano Zanin, André Mendonça, Kassio Nunes Marques, Alexandre de Moraes e Dias Toffoli.

O ministro Flávio Dino divergiu e defendeu não aceitar exceções à vedação ao nepotismo. Faltam ainda se manifestar Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e Edson Fachin.

Fux afirmou que a questão é nova, em debate no próprio direito e em outras áreas. “Há relativo consenso entre historiadores e cientistas sociais de que entre as causas e mazelas do país se encontra traço cultural histórico entre instâncias privadas e públicas”, disse.



Valter Campanato/Agência Brasil

Lei de Tupã

No caso concreto, a corte analisa decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) de invalidar uma lei do município de Tupã que permitia a nomeação de parentes até terceiro grau, consanguíneos ou afins para o secretariado municipal.

O relator propôs a validação da lei de Tupã. Para ele, cargos de secretaria são paralelos aos cargos de ministro de Estado. “Cargos de existência necessária política porquanto componentes do governo”, disse.

Pela proposta do ministro, a vedação definida em outros casos ao nepotismo não se aplica ao tema em debate, desde que comprovadas a capacitação técnica e a probidade do agente a ser nomeado.

“A vedação constante da súmula vinculante 13 não se aplica à nomeação de cônjuge,

companheiro ou parente em linha reta ou até em terceiro grau ... da autoridade nomeante para cargos de natureza política desde que preenchidos os requisitos de aptidão técnica e idoneidade moral, vedado o nepotismo cruzado”, disse. “Também não é carta de alforria para nomear quem quer que seja se não houver aptidão técnica”, continuou.

O recurso extraordinário tem repercussão geral reconhecida, o que significa que a tese fixada no julgamento vale para todos os casos semelhantes.

Durante a sessão, André Mendonça afirmou que os ministros conversaram a respeito do tema antes do início da sessão e chegaram “a uma boa dose de convergência”.

“Cargos de natureza política, por natureza lógica, é para designação dos integrantes do Executivo e que, por decorrência lógica, não estariam incluí-

dos nessa liberdade de nomeação aqueles cargos que integram outros Poderes, do Judiciário, especialmente o quinto constitucional, tribunais superiores.

Seria muito cômodo por exemplo o governador ou presidente nomear um filho ou irmão como o chefe do MP correspondente e teríamos um evidente conflito de interesse”, disse.

Os ministros debateram a aplicação de uma súmula anterior da corte, de número 13, editada em 2008 e que veda a prática do nepotismo.

O texto diz que a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau da autoridade para cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública viola a Constituição.

Ana Pompeu (Folhapress)

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Para Reimont, PT deveria entregar cargos na prefeitura

Petista quer romper com Paes se houver acordo com PL

A possibilidade de o PL, partido de Jair Bolsonaro, apoiar a candidatura do prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), ao governo do Estado tem deixado a estrela do PT fluminense ainda mais vermelha — de raiva.

O deputado federal Reimont (PT) disse à coluna que o partido deveria entregar seus cargos na prefeitura caso Paes faça mesmo acordo com o PL.

Petistas comandam três secretarias na prefeitura carioca.

Em 2024, o partido do presidente Lula apoiou a candidatura de Paes à prefeitura; e ele, em 2022, ficou ao lado do atual presidente. Em tese, a aliança será mantida para 2026.

Como revelou a Coluna Magnavita, possibilidade de acordo com o PL depende do resultado de articulações nacionais.

Efeito Kassab

Tudo dependeria de um acerto do presidente do PSD, Gilberto Kassab, em torno da disputa do Palácio do Planalto. Seria complicado apoiar um candidato ligado ao PL, como o governador Tarcísio de Freitas (filiado ao Republicanos) sem oferecer uma base forte no Rio.

Fragilidades

Outro problema é a fragilidade do PT no interior do Estado, área onde Paes — que está em seu quarto mandato na prefeitura — é mais frágil. O partido de Lula tem seis deputados estaduais; de Bolsonaro, 18. Um apoio do PL também teria efeitos positivos junto aos evangélicos.

Waldemar Barreto/Agência Senado



Senador admitiu alternativa à proposta original

Redução de penas derrapa no óleo jogado pela anistia

E a novela da anistia segue arrastada. Diante das dificuldades, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), admitiu a possibilidade de negociar a alternativa de reduzir penas.

Mas o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), quer passar longe de novos problemas. Já se considera escaldado pela reação

negativa à PEC da Blindagem e à aprovação da urgência do projeto de anistia.

Motta também teve que digerir a reação do governo à derrubada da medida provisória que tratava de impostos. Trata de priorizar assuntos populares, como a proibição de cobrança por malas pequenas em aviões.

Espinhos

O presidente da Câmara considera que tem projetos espinhosos e inadiáveis para tratar, como os que serão enviados pelo governo para cortar gastos e aumentar a arrecadação. Fora aquele que prevê reduzir isenções fiscais, tema que acirra os lobbies no Congresso.

Corda

Há, entre políticos do próprio PL, a percepção que o partido errou ao esticar demais a corda da anistia, um tema que, de acordo com as pesquisas, é cada vez mais impopular. Para alguns, a demora pode inviabilizar até mesmo a proposta de redução de penas.

Ser ou não ser

Punido com a perda de cargos no governo, o Centrao não estaria disposto a comprar briga para beneficiar condenados pela tentativa golpista. Ainda mais num momento em que a direita não define um candidato à Presidência e Lula recupera popularidade.

Fique em cana

Setores mais pragmáticos do PL alertam que o fracasso de uma alternativa tem potencial para irritar condenados pelo 8 de Janeiro, já que quase todos seriam libertados com a redução de penas. Ficaria evidente que o objetivo da anistia é livrar a cara de Jair Bolsonaro.